



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

# **CLIPPING**

# **26 de novembro**

# **de 2021**

# Operação combate licenças irregulares

A OPERACAO FOI REALIZADA NA CIDADE DE IMPERATRIZ

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), do **Ministério Público do Maranhão**, com auxílio dos promotores de justiça das Comarcas de Buriticupu e Olho d'Água das Cunhãs, em conjunto com a 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** e da **Probidade Administrativa** de Imperatriz, realiza, na manhã de ontem, a Operação Dique.

A operação, realizada na cidade de Imperatriz, com o apoio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), cumpre decisão judicial da Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz, que expediu ordem de busca e apreensão de bens na sede das empresas J.M.G Construções e Empreendimentos Imobiliários, S.W.M Construções e Empreendimentos Ltda. e Verde Florestal - Projetos e Consultoria Ambiental Ltda., bem como na residência de pessoas envolvidas na prática de crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e ativa, prevaricação, além de possível organização criminosa e de crimes contra o meio ambiente.

Também foram autorizados o sequestro e a indisponibilidade de bens dos investigados, assim como o afastamento de um servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Imperatriz (Sem-marh), pelo prazo de 180 dias ou até o fim das investigações. As investigações do **MPMA** começaram após denúncia da Semmarh, indicando uma série de irregularidades em processos administrativos de instalação e de renovação de licenças de operação dos empreendimentos Loteamento Jardim Sumaré, Residencial Vila Jardim e Loteamento Boa Vista. Dentre as irregularidades noticiadas, está a construção de um empreendimento em área de preservação ambiental.

Durante as investigações, foi constatado que o responsável técnico pelos empreendimentos se tratava, na verdade, de uma figura fictícia, criada para dar ares de legalidade aos processos de licenciamento.

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.534.orig.pdf>**

# Aberto simpósio sobre Sistema de Justiça Militar - EM FOCO

Na manhã desta quinta-feira, 25, o **Ministério Público** do Maranhão realizou, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, a abertura do Simpósio Sistema de Justiça Militar e **Segurança Pública** no Estado Democrático de Direito. O objetivo do encontro é debater as principais questões relativas à Justiça Militar e **Segurança Pública**, na atualidade, para assegurar condições modernas de funcionamento em suas estruturas afim de que possam cumprir suas missões em um ambiente regado pela democracia. Participaram da solenidade membros e servidores do **MPMA**, operadores do Direito, autoridades convidadas e militares do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Marinha, entre outras instituições. O encontro prossegue nesta sexta-feira, 26, nos turnos da manhã e da tarde.

Na abertura, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, saudou a todos os presentes e comentou sobre a sua satisfação em promover o simpósio, por ser mais uma atividade que busca discutir e encontrar respostas para os desafios da sociedade contemporânea, especialmente a **segurança pública** e o sistema da Justiça Militar. "Estamos aqui para assegurar o funcionamento e a modernização das estruturas da **segurança pública** e da Justiça Militar e afastar as tentativas de fragilização das instituições democráticas, que só se fortalecem com a promoção de debates como este".

**Site:** <http://jornalodebate.com.br/jornal-o-debate-do-dia-26-11-2021/>

# Promotoria investiga Dr. Julinho por suspeita de dano ao erário e enriquecimento ilícito

O **Ministério Público** do Maranhão abriu procedimento preparatório de inquérito civil para apurar possíveis irregularidades praticadas pelo prefeito de São José de Ribamar, o médico Júlio César de Souza Matos, mais conhecido como Dr. Julinho (PL).

A investigação foi instaurada no mês de julho, e avançou em novembro com a realização de diligências determinadas pelo promotor Márcio José Bezerra Cruz, responsável pela condução do caso.

No alvo estão a contratação e repasses feitos pela gestão municipal para a empresa Life Procedimentos Médicos, que teria no quadro societário Everton de Carvalho Romão Ribeiro, este também sócio de Dr. Julinho em outra empresa, a Procemed - Procedimentos Médicos.

Segundo apura a 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar, Ribeiro teria sido contemplado ainda com os cargos de assessor especial na Assessoria Jurídica da prefeitura e de diretor-geral do Hospital e Maternidade do município.

Há indícios de **improbidade administrativa**, com dano ao erário e enriquecimento ilícito.

Procurada pelo ATUAL7, a prefeitura de São José de Ribamar não retornou o contato. Também não houve manifestação do gestor municipal.

A reportagem apurou que, além de Dr. Julinho e Everton Ribeiro, também foram notificados pelo **Ministério Público** sobre o procedimento investigatório o ex-prefeito Eudes Sampaio (PTB) e o ex-secretário municipal de Saúde, Tiago Fernandes.

Em caso de condenação, a Lei de Improbidade prevê penalidades como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução ao erário do prejuízo causado e pagamento de multa. Por se tratar de inquérito civil, não há previsão de medidas restritivas de liberdade.

Fonte: ATUAL7

**Site:** <https://www.emaranhao.com.br/noticia/promotoria-investiga-dr-julinho-por-suspeita-de-dano-ao-erario-e-enriquecimento-ilicito/>

# Gaeco realiza operação contra irregularidades em licenças ambientais no Maranhão

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), do **Ministério Público do Maranhão**, com auxílio dos promotores de justiça das Comarcas de Buriticupu e Olho d'Água das Cunhãs, em conjunto com a 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** e da **Probidade Administrativa** de Imperatriz, realiza, na manhã desta quinta-feira, 25, a Operação Dique.

A operação, realizada na cidade de Imperatriz, com o apoio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), cumpre decisão judicial da Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz, que expediu ordem de busca e apreensão de bens na sede das empresas J.M.G Construções e Empreendimentos Imobiliários, S.W.M Construções e Empreendimentos Ltda. e Verde Florestal - Projetos e Consultoria Ambiental Ltda., bem como na residência de pessoas envolvidas na prática de crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e ativa, prevaricação, além de possível organização criminosa e de crimes contra o meio ambiente.

Também foram autorizados o sequestro e a indisponibilidade de bens dos investigados, assim como o afastamento de um servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Imperatriz (Semmarh), pelo prazo de 180 dias ou até o fim das investigações.

## INVESTIGAÇÕES

As investigações do **MPMA** começaram após denúncia da Semmarh, indicando uma série de irregularidades em processos administrativos de instalação e de renovação de licenças de operação dos empreendimentos Loteamento Jardim Sumaré, Residencial Vila Jardim e Loteamento Boa Vista. Dentre as irregularidades noticiadas, está a construção de um empreendimento em área de preservação ambiental.

Durante as investigações, foi constatado que o responsável técnico pelos empreendimentos se tratava, na verdade, de uma figura fictícia, criada para dar ares de legalidade aos processos de licenciamento. Também foram identificados

pagamentos efetuados por uma das empresas envolvidas a servidor da Secretaria de Meio Ambiente responsável pela análise dos pedidos de licença, indicando beneficiamento indevido para mascarar as irregularidades.

## DIQUE

Origem do nome da operação: Barramento construído para redução das enxurradas. Alusão à ação do MP, do Judiciário e da Polícia Civil, no sentido de coibir as aludidas ações ilícitas.

**Site:** <https://portalvarada.com/cidades/gaeco-realiza-operacao-contra-irregularidades-em-licencas-ambientais-no-maranhao/>

# Campanha reforça denuncia de agressão

**PATRÍCIA CUNHA**

## **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

PATRÍCIA CUNHA

Com o lema "Fia, Não Se Cale", está acontecendo a Campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", que incentiva mulheres vítimas de todo e qualquer tipo de violência a denunciarem seus agressores. "A campanha dos 21 dias de Ativismo contra a Violência no Maranhão, assim como em todo o mundo, é fundamental para o fim da violência de gênero. E o governo do Maranhão, através da SEMU, mais do que levantar a bandeira, dará novamente o passo inicial da campanha e espera contar com a participação de todos", disse a secretária de Estado da Mulher, Ana Mendonça. Participam da Campanha, os diversos órgãos que compõem a Rede de Atendimento à Mulher, bem como a sociedade civil.

No ano passado foram feitos 53.575 atendimentos na Casa da Mulher Brasileira, de **mulheres vítimas de violência**. Neste ano, até então, 44.054, sendo que somente na Delegacia da Mulher, apenas no mês de setembro, foram feitos 1.259 atendimentos. "Muitas mulheres não denunciam porque temem serem perseguidas pelo seu agressor. Dentro da minha família tivemos um caso de agressão. A minha irmã, depois de 4 anos de casamento passou a sofrer com violência dentro de casa, e sempre foi resistente em sair da relação porque tinha medo do que poderia acontecer depois", disse Ana Carla Diniz, assistente de produção.

Ana Carla diz que somente depois de ser atendida por uma assistente social de uma ONG (Organização Não Governamental) perto de sua casa, na área Itaqui Bacanga, teve coragem de se separar e se preparar para fazer a denúncia. "Ela saiu de casa, fez a denúncia na Delegacia da Mulher e graças a Deus, conseguiu se livrar. Mas é preciso ter coragem, apoio da família e do serviço público também", contou.

Dentre os diversos mecanismos que compõem a rede de atendimento à mulher, a Patrulha Maria da Penha, além de garantir atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade, fiscalizam o cumprimento de medidas protetivas de urgência oriundas do Poder Judiciário. Após a denúncia, a mulher precisa ser assistida.

Números

Entre fevereiro de 2017 e outubro de 2021, a Patrulha Maria da Penha, grupamento da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) especializado no atendimento às mulheres em situação de violência, já realizou 29.487 atendimentos entre visitas, rondas e contatos telefônicos; cadastrou 14.475 medidas protetivas; atendeu 41 solicitações de apoio psicológico; executou 149 prisões; atendeu 18.956 mulheres e tem uma média de 20 atendimentos por dia. "Há várias portas de entrada para denunciar a violência contra a mulher no Maranhão: delegacia, hospitais, poder judiciário, promotoria, defensoria, CRAS, CRE-AS, Casa da Mulher Brasileira, Casa da Mulher Maranhense, Polícia Militar/Patrulha Maria da Penha etc. O importante é denunciar e sair do ciclo de violência e viver em paz consigo mesma. Mulheres, denunciem! Saiam do ciclo de violência! Estamos aqui por vocês! Hoje, temos uma Rede estruturada que trabalha de forma integrada em prol de prevenir e combater a violência contra as mulheres", disse a Coronel Augusta Andrade, Comandante de Segurança Comunitária-ao/Patrulha Maria da Penha.

Muitas mulheres não denunciam porque temem serem perseguidas pelo seu agressor. Dentro da minha família tivemos um caso de agressão

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.534.orig.pdf>**

# Octávio Soeiro quer estender Programa Mais Renda às vítimas de violência doméstica

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Câmara Municipal de São Luís encaminhou uma indicação ao governo do estado, de autoria do vereador Octávio Soeiro (Podemos), com o objetivo de estender o Programa Mais Renda às **mulheres vítimas de violência** doméstica.

O Programa Mais Renda, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Social, oportuniza um aprendizado completo para pequenos empreendedores em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com proposta, vítimas de violência doméstica passarão a ser contempladas.

"Nosso objetivo é oferecer capacitações, qualificações e equipamentos profissionais, que as permitam independência financeira e, conseqüentemente, fomentar serviços especializados para se romper o vínculo com relacionamentos abusivos e ciclos de violência", declarou o vereador.

Dados da violência doméstica - Uma pesquisa publicada este ano pelo Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de **Segurança Pública** (FBSP), revelou que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano no Brasil, durante a pandemia de Covid-19.

**Site:** <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/26112021>

# Mercosul lança campanha digital contra o feminicídio

Com o slogan Mercosul livre de Feminicídio, os países que integram o bloco sul-americano lançam nesta quinta-feira (25) uma campanha digital para sensibilizar seus cidadãos a combater o feminicídio. A campanha reforça a importância do anonimato nas denúncias feitas pela vítima ou por pessoas que presenciam atos de violência contra a mulher.

Promovida pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública**, uma vez que o Brasil atualmente exerce e preside temporária do Mercosul, a campanha será veiculada nos canais digitais de comunicação das pastas da Justiça, do Interior e da Segurança dos países-membros do bloco.

No Brasil, as denúncias podem ser feitas pela Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). A ligação é gratuita em todo o território nacional e também pode ser acessada em outros países, 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva a respeito da percepção da população brasileira sobre feminicídio revelou que 90% dos brasileiros apontam como local de maior risco de assassinato para as mulheres é dentro de casa, por um parceiro ou ex-parceiro.

A pesquisa, que ouviu 1.503 pessoas (1.001 mulheres e 502 homens) com 18 anos de idade ou mais, entre os meses de setembro e outubro, mostrou também que 57% dos brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de ameaça de morte pelo atual ou ex-parceiro e que 37% conhecem uma mulher que sofreu tentativa ou foi vítima de feminicídio íntimo. Países-membros e associados

Os países-membros do Mercado Comum do Sul são o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Por descumprimento de normas do bloco, a Venezuela está suspensa do Mercosul desde 2016. A Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Equador, a Guiana e o Suriname são países associados ao grupo, criado na década de 1990.

**Site:** <http://jornalodebate.com.br/jornal-o-debate-do-dia-26-11-2021/>



# Octávio Soeiro quer estender Programa Mais Renda às vítimas de violência doméstica

A Câmara Municipal de São Luís encaminhou uma indicação ao governo do estado, de autoria do vereador Octávio Soeiro (Podemos), com o objetivo de estender o Programa Mais Renda às **mulheres vítimas de violência** doméstica.

O Programa Mais Renda, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Social, oportuniza um aprendizado completo para pequenos empreendedores em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com proposta, vítimas de violência doméstica passarão a ser contempladas.

"Nosso objetivo é oferecer capacitações, qualificações e equipamentos profissionais, que as permitam independência financeira e, conseqüentemente, fomentar serviços especializados para se romper o vínculo com relacionamentos abusivos e ciclos de violência", declarou o vereador.

Dados da violência doméstica

Uma pesquisa publicada este ano pelo Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de **Segurança Pública** (FBSP), revelou que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano no Brasil, durante a pandemia de Covid-19.

**Site:** <https://omaranhense.com/octavio-soeiro-quer-estender-programa-mais-renda-as-vitimas-de-violencia-domestica/>

# Promotoria investiga Dr. Julinho por suspeita de dano ao erário e enriquecimento ilícito

O **Ministério Público** do Maranhão abriu procedimento preparatório de inquérito civil para apurar possíveis irregularidades praticadas pelo prefeito de São José de Ribamar, o médico Júlio César de Souza Matos, mais conhecido como Dr. Julinho (PL).

A investigação foi instaurada no mês de julho, e avançou em novembro com a realização de diligências determinadas pelo promotor Márcio José Bezerra Cruz, responsável pela condução do caso.

No alvo estão a contratação e repasses feitos pela gestão municipal para a empresa Life Procedimentos Médicos, que teria no quadro societário Everton de Carvalho Romão Ribeiro, este também sócio de Dr. Julinho em outra empresa, a Procemed - Procedimentos Médicos.

Segundo apura a 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar, Ribeiro teria sido contemplado ainda com os cargos de assessor especial na Assessoria Jurídica da prefeitura e de diretor-geral do Hospital e Maternidade do município.

Há indícios de **improbidade administrativa**, com dano ao erário e enriquecimento ilícito.

Procurada pelo ATUAL7, a prefeitura de São José de Ribamar não retornou o contato. Também não houve manifestação do gestor municipal.

A reportagem apurou que, além de Dr. Julinho e Everton Ribeiro, também foram notificados pelo **Ministério Público** sobre o procedimento investigatório o ex-prefeito Eudes Sampaio (PTB) e o ex-secretário municipal de Saúde, Tiago Fernandes.

Em caso de condenação, a Lei de Improbidade prevê penalidades como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução ao erário do prejuízo causado e pagamento de multa. Por se tratar de inquérito civil, não há previsão de medidas restritivas de liberdade.

Fonte: ATUAL7

**Site:** <https://www.emaranhao.com.br/noticia/promotoria-investiga-dr-julinho-por-suspeita-de-dano-ao-erario-e-enriquecimento-ilicito/>

# Câmara Municipal instaura CPI para analisar situação do transporte público de São Luís

*Paulo Roberto*

A Câmara Municipal de São Luís instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que tem o objetivo de investigar a situação do transporte coletivo de São Luís. A criação do colegiado consta na Resolução nº 047/2021, assinada pelo presidente da Casa, vereador Osmar Filho.

A comissão é composta pelos vereadores Octávio Soeiro (Podemos), primeiro secretário da Mesa Diretora; Astro de Ogum (PCdoB), presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana**; Marquinhos (DEM), um dos autores do requerimento que pediu a instalação da CPI; Chico Carvalho (Pros), que também pediu a instalação da CPI por meio de requerimento; e Álvaro Pires (PMN), sendo esses os parlamentares titulares dessa comissão.

Além disso, há dois vereadores que integram a CPI como suplentes. Tratam-se do co-vereador Jhonatan Soares, integrante do Coletivo Nós (PT), e a vereadora Karla Sarney (PSD), quarta secretária da Mesa Diretora.

Trabalhos - Conforme Resolução nº 047/2021, a Comissão Parlamentar de Inquérito escolherá, dentre os seus membros, o seu respectivo presidente e vice-presidente. Eleito o presidente, este escolherá quem será o relator da CPI.

A CPI deverá divulgar a data de abertura dos trabalhos, bem como o seu Regimento Interno, do qual não poderá ferir os ditames da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara, dando publicidade a todos os seus atos.

A comissão terá o prazo máximo de 60 dias para conclusão de seus trabalhos, com a possibilidade de prorrogação por igual período, quando solicitada pelos próprios integrantes do colegiado.

**Site:** <https://blogdopauloroberto.com.br/2021/11/camara-municipal-instaura-cpi-para-analisar-situacao-do-transporte-publico-de-sao-luis/>